

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 112.156 - MG (2019/0117037-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : GLAYSSON SIDNEY DA SILVA CRUZ (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. FURTO QUALIFICADO. PEDIDO DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. COGNIÇÃO PROFUNDA E EXAURIENTE DA ALEGAÇÃO DE ATIPICIDADE. SUPOSTA INIDONEIDADE DA DECRETAÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PREJUDICADO E, NO MAIS, NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por GLAYSSON SIDNEY DA SILVA CRUZ contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no HC n.º 1.0000.18.088373-8/000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 04/08/2018, pela suposta prática do crime previsto no art. 155, § 4.º, inciso IV, do Código Penal, pois, juntamente com uma comparsa, "*subtraíram para proveito comum, coisas alheias móveis, consistentes em 01 saco de arroz de 5kg, 02 molhos de tomate, 01 pacote de macarrão de 500g, 01 saco de feijão de 1kg, 01 vidro de azeitona de 160g, 02 sacos de farinha de trigo 500g, 01 pacote de batata palha de 140g, 988g de acém moído, 506g de queijo mussarela e 194g de alho e 01 tintura para cabelos, pertencentes ao Supermercado EPA*" (fls. 61-62). Em 06/08/2018, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva (fls. 38-39).

A Defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado (fl. 73):

"HABEAS CORPUS - FURTO QUALIFICADO - JUSTA CAUSA E CONDIÇÕES DA AÇÃO PARA A PERSECUÇÃO CRIMINAL VISLUMBRADAS PRIMO ICTU OCULI - ANÁLISE VALORATIVA DA PROVA - VEDAÇÃO EM SEDE DO REMÉDIO HERÓICO - TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL - IMPOSSIBILIDADE -

CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA - PACIENTE REINCIDENTE - NECESSIDADE DE ASSEGURAR A ORDEM PÚBLICA - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA CONSTRITIVA - ORDEM DENEGADA."

Em 16/11/2018, nos autos RHC n.º 105.592/MG, concedi a ordem de *habeas corpus*, de ofício, "para anular em parte o acórdão recorrido e determinar que o Tribunal de origem aprecie, como entender de direito, o mérito do pedido de reconhecimento da atipicidade material da conduta, pela aplicação do princípio da insignificância", julgando prejudicado o recurso.

O Tribunal de origem, ao analisar o pleito de aplicação do princípio da insignificância, denegou a ordem conforme a seguinte ementa (fl. 126):

"HABEAS CORPUS - FURTO QUALIFICADO - APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - INAPLICABILIDADE - PACIENTE REINCIDENTE - ORDEM DENEGADA."

Nas presentes razões recursais, sustenta a Defesa, em suma, a atipicidade da conduta, pela aplicação do princípio da insignificância.

Alega que "o recorrente é pessoa pobre e estava passando por sérias dificuldades financeiras a ponto de não ter, sequer, o que comer. Em sede de APFD o mesmo assumiu que pretendia consumir a res furtiva em casa, com seus filhos" (fl. 136).

Aduz que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva previstos no art. 312 do Código de Processo Penal e que o decreto prisional carece de fundamentação idônea.

Defende, ainda, "a possibilidade de o recorrente vir a cumprir a pena privativa de liberdade em regime menos gravoso; o que torna a prisão cautelar, desproporcional e não homogênea" (fl. 141).

Requer, liminarmente, "concessão da ordem, para suspender a ação penal em curso no processo n.º 0082745- 98.2018.8.13.0024, que tramita perante a 3ª Vara Criminal da comarca de Belo Horizonte/MG; até o final julgamento do mérito da impetração" (fl. 147). No mérito, pleiteia "a concessão, da ordem, para declarar a atipicidade material da conduta e absolver o recorrente, com o reconhecimento da ausência de justa causa para a persecução penal pela aplicação do princípio da

Superior Tribunal de Justiça

insignificância; por conseguinte, determinar o trancamento da ação de autos nº 0082745- 75.2018.8.13.0024, que tramita perante a 3ª Vara Criminal da comarca de Belo Horizonte/MG; expedir o competente alvará de soltura; arquivar e baixar os registros do feito nos bancos próprios do TJMG e SEDSIMG" (fl. 147).

O pedido liminar foi indeferido (fls. 155-157).

Foram prestadas as informações (fls. 159-238, 239-253 e 257-259).

O Ministério Público opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 264-265).

É o relatório.

Decido.

Conforme informações prestadas pelo Juízo da 3.ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte, em 25/04/2019, foi proferida sentença nos autos do Processo n.º 0024.18.092.584-4, com a condenação do Recorrente pela prática do crime previsto no art. 155, § 4.º, inciso IV, c.c. o art. 14, inciso II e art. 61, inciso I, todos do Código Penal, às penas de 1 (um) ano e 2 (dois) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 5 (cinco) dias-multa.

Quanto à aplicação do Princípio da Insignificância, o Magistrado consignou o seguinte (fl. 247):

"[...]

Sobre a pleiteada absolvição por atipicidade da conduta com base no Princípio da Insignificância, embora polêmica a sua aplicação, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal já assentaram o entendimento de que, para ser utilizado, faz-se necessária a presença de quatro requisitos cumulativos, quais sejam, (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

O princípio em questão deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal, e ao caráter subsidiário desse sistema penal. Sua aplicação, portanto, se justifica pelo fato de que o direito penal não deve se ocupar de condutas que produzam resultado cujo desvalor não importe em lesão significativa a bens jurídicos e, assim, não represente prejuízos relevantes ao titular deles ou à ordem social.

Isto, até porque o aludido princípio não pode constituir válvula de escape para a impunidade de criminosos.

Bagatela seria um ataque ao bem jurídico que não requer

nenhuma intervenção do Poder Público. No caso em exame, contudo, data vênua, a ação dos autores não pode ser considerada irrelevante para a esfera penal, mormente se considerarmos a atual realidade socioeconômica brasileira, pois, conforme apurado nos autos, a res furtiva foi avaliada pelo fiscal da loja em R\$ 89,34 (oitenta e nove reais e trinta e quatro centavos), quantia que não pode ser considerada insignificante para a esfera penal, embora de valor pequeno."

Desse modo, diante da condenação do Réu, fica prejudicada a análise acerca da incidência ou não do Princípio da Insignificância, que foi devidamente afastada pelo Magistrado sentenciante.

Como se sabe, a superveniência de sentença na qual se profere juízo condenatório – de cognição profunda e exauriente – prejudica as alegações de nulidade anteriores à prolação desse título judicial.

Nesse sentido, *mutatis mutandis*:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ALEGAÇÃO DE VÍCIOS E NULIDADES NO CURSO DO PROCESSO, ALÉM DA ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO DO AGRAVANTE NOS CRIMES. SUPERVENIÊNCIA DE ACÓRDÃO QUE JULGOU O RECURSO DE APELAÇÃO ENFRENTANDO OS MESMOS TEMAS. PREJUDICIALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. 'Tratando-se de supostas nulidades ocorridas no curso da instrução criminal, a superveniência de sentença condenatória [e, a fortiori, do acórdão que julga a apelação] prejudica o exame do habeas corpus. Isso porque o escopo de apreciação do mandamus é substancialmente mais estreito, por se tratar de remédio constitucional que prima pela cognição sumária e rito célere. A notícia de que os mesmos vícios foram, posteriormente à impetração do writ, examinados - e afastados - no âmbito de regular ação penal, submetida a cognição exauriente, esvazia o objeto do mandamus, conforme assinalado na decisão agravada' (AgRg na PET no RHC n. 58.983/SP, relator Ministro ERICSON MARANHÃO, (Desembargador convocado do TJSP, SEXTA TURMA, julgado em 5/4/2016, DJe 19/4/2016).

2. Agravo regimental desprovido." (AgRg no RHC 35.488/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 08/04/2019; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO.

RECEPÇÃO. NULIDADE DAS DECISÕES DE AUTORIZAÇÃO DAS INTERCEPÇÕES TELEFÔNICAS. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. NOVO TÍTULO JUDICIAL. JUÍZO DE COGNIÇÃO MAIS AMPLO. WRIT PREJUDICADO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Com a superveniência da prolação de sentença condenatória, fica prejudicado o writ anteriormente impetrado, uma vez que a medida, a partir de então, tem novo título judicial que alterou o cenário fático processual.

2. A decisão agravada, que julgou prejudicado o habeas corpus, por perda de objeto, não merece reparos, porquanto proferida em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior.

3. Agravo Regimental improvido." (AgRg no HC 389.001/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017; sem grifos no original.)

Por fim, ressalto que a suposta inidoneidade da decretação da custódia preventiva não foi analisada pela Corte local, de modo que não pode ser conhecida originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de supressão de instância.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO EM PARTE o recurso ordinário em *habeas corpus* e, no mais, NÃO CONHEÇO do recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora